

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

ANÁLISE POLICYMIX DE POLÍTICAS E INSTRUMENTOS PARA CONSERVAÇÃO DA
BIODIVERSIDADE NO ENTORNO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Guilherme Rodrigues Lima (UFRJ) - grodrigues.lima87@gmail.com

Economista (UFRJ), mestrando em Planejamento Ambiental no PPE/Coppe/UFRJ

Peter H. May (UFRRJ) *Presidente da ECOECO, Professor do CPDA (UFRRJ) e do PPED (UFRJ)*

Fernando de Souza (Tamoios Inteligência Geográfica) *Doutor em Geografia e Planejamento Territorial do Turismo*

Análise policymix de políticas e instrumentos para conservação da biodiversidade no entorno do Parque Nacional do Iguaçu

O estado do Paraná tem sido historicamente uma referência quando se fala em políticas para a conservação da biodiversidade. Exemplo disso é o pioneirismo do estado em estabelecer critérios ambientais para a alocação da parcela do ICMS devido aos municípios, medida que posteriormente foi adotada por diversos outros estados. Além disso, há um programa estadual que busca estimular a implantação e gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Setores não governamentais também têm sido bastante ativos no desenvolvimento de projetos para conservação incorporando incentivos econômicos, como é o caso da SPVS e da TNC, envolvidos com projetos de restauração florestal e compensação pela proteção de mananciais hidrológicas.

Este trabalho visa a estabelecer um panorama das ações voltadas para a conservação da biodiversidade atualmente em curso no Paraná que sejam aplicáveis na região sudoeste do estado, em especial na conservação de Unidades de Conservação e no estímulo às boas práticas agropecuárias. Essas ações incluem tanto as políticas públicas de todos os três níveis de governo, que se efetivam através de diversos programas, quanto ações da iniciativa privada, em geral incentivadas por instrumentos econômicos. O objetivo é fazer uma análise sob a ótica Policymix, que busca identificar as relações e os efeitos sinérgicos dessas políticas e instrumentos.

O trabalho foi motivado pela realização de estudo no âmbito do Programa de Serviços Ecosistêmicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento em parceria com a ONG WWF-Brasil para se investigar oportunidades econômicas baseadas em serviços ecosistêmicos.

Os vetores de pressão sobre a perda da biodiversidade e da qualidade ambiental têm origem nas diversas atividades econômicas e práticas degradantes, interesses exteriores à região ou relacionados às características da ocupação e histórico da formação do Parque Nacional do Iguaçu e sua relação com as comunidades do entorno. O Plano de Manejo do PNI de 2000 já apontava esses desafios e identificava a necessidade de aprimoramento das relações com o entorno para se garantir a efetividade da implantação da UC e também uma ação focada no fomento de práticas econômicas com baixo impacto.

Contudo, os estudos revelaram um estado de pressão negativo ainda relevante, não somente sobre a integridade da UC em seu perímetro, mas principalmente sobre os fragmentos florestais no entorno da unidade, acarretando graves consequências para a conectividade e para a manutenção dos serviços ecosistêmicos. Um importante vetor de pressão é gerado pelas práticas agrícolas não sustentáveis, que ocorrem praticamente em todo o entorno do parque brasileiro, sendo a agropecuária e agricultura mecanizada as atividades econômicas mais importantes no Paraná e predominante nos municípios do entorno da Unidade de Conservação.

Frente a esse cenário foram analisadas em detalhe oito políticas e programas elaborados pelo estado do Paraná, ou existentes no nível federal e aplicáveis ao nosso estudo. Entre os programas existentes no nível estadual merecem destaque o ICMS Ecológico (ICMS-E) e o

Programa Estadual de Apoio às RPPNs (RPPN Paraná). O ICMS-E, além de ser um exemplo de instrumento de gestão ambiental pública adotado por diversos estados, em conjunto com o RPPN Paraná constitui um incentivo à proteção da biodiversidade, abrindo espaço para uma participação ativa do poder público municipal e de proprietários privados, embora estas ainda sejam raras.

Os recursos provenientes do ICMS-E têm grande importância para os municípios do entorno do PNI, alcançando R\$ 19,6 milhões em 2013. Esse valor representa 10,7% do total de ICMS recebido pelos municípios naquele ano, sendo que 8,8% foram em função da existência de Unidades de Conservação. Segundo dados do IAP, em 49 municípios as RPPNs são responsáveis por mais de 90% do recurso de ICMS-E. Há casos de municípios que repassam parte desses recursos para os proprietários das RPPNs (ex. São Pedro do Ivaí), constituindo assim um incentivo, mas essa iniciativa ainda é rara e precisa ser amadurecida.

Outro programa do governo estadual, recentemente iniciado, e que tem grande potencial é o Bioclima Paraná, semelhante ao já extinto Paraná Biodiversidade. O Bioclima Paraná foi lançado em concomitância com o Pagamento por Serviços Ambientais, que se pretende efetivar como instrumento para as políticas do estado.

Entre as políticas do governo federal, destacam-se o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em associação com as Cotas de Reserva Ambiental (CRA), e o crédito rural através do Pronaf. O CAR representa um avanço em termos de exigência do cumprimento com a preservação das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, enquanto o CRA representa uma oportunidade para proprietários que possuem excedentes de vegetação natural. Contudo, verificou-se um grande atraso na efetivação do CAR no Paraná, ao mesmo tempo em que se nota uma preocupação de gestores com a flexibilização oferecida pelo CRA, que poderia levar proprietários a compensar seus déficits ambientais em outros estados.

Com relação ao Pronaf, identificou-se que este seria a fonte de crédito mais compatível ao estado e à região, dado o seu viés voltado para pequenos produtores. Além disso, o Pronaf se aplica ao nosso estudo por possuir linhas de crédito específicas como o Pronaf Agroecologia, o Pronaf Eco e o Pronaf Floresta. Contudo, a análise dos dados do Pronaf mostrou que as principais culturas apoiadas são a soja e o milho, justamente aquelas que exercem pressão sobre o PNI. Essas culturas em conjunto foram responsáveis por mais de 80% do valor recebido para custeio agrícola pelo Pronaf no estado.

Portanto, é possível perceber que a simples existência das políticas e programas não significa uma aplicação efetiva dos mesmos. É necessária a elaboração de ações voltadas para objetivos específicos, como o caso de projetos de desenvolvimento de atividades sustentáveis no entorno do PNI. Ao final do trabalho foi feita uma análise integrada dos programas analisados, na qual se buscou identificar como estes podem interagir para alcançar esse objetivo. Pode-se perceber que todos os programas possuem sinergias positivas com pelo menos dois outros programas, por exemplo servindo como fonte de recursos financeiros.

Referências bibliográficas

ANEEL, 2005. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Geração de Energia Elétrica. Cadernos Temáticos ANEEL. Brasília, abril de 2005.

ANEEL, 2015. <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=42&idPerfil=2>. Acesso em janeiro de 2015.

BCB, 2012. Anuário Estatístico do Crédito Rural 2012. <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2012>. Publicado na internet em 31/12/2012. Acesso em Fevereiro de 2015.

BIOFILICA, ICONE. 2012. O futuro mercado de compensações de Reserva Legal: potenciais e perspectivas. (.ppt file).

IBASE, 2006. Relatório PRONAF: Resultados da etapa Paraná. Relatório de consultoria para o Governo Federal / Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar. Outubro, 2006.

LOUREIRO, W., 2008. ICMS Ecológico, uma experiência brasileira de pagamentos por serviços ambientais. Belo Horizonte: Conservação Internacional – São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica – Curitiba: The Nature Conservancy (TNC), 2008. 26 p.

MAY, P. H.; BERNASCONI, P.; WUNDER, S.; LUBOWSKI, R., 2014. Cotas de Reserva Ambiental (CRA) na Nova Legislação Florestal brasileira: Uma avaliação *Ex Ante*. *Boletim da ECOECO* 32/33, dezembro de 2014.

PARANÁ, 2009. Projeto Paraná Biodiversidade: Verde que te quero verde – 2009.

PIRES, M. J. S., 2013. Contradições em processo: Um estudo da estrutura e evolução do Pronaf de 2000 a 2010. Texto para Discussão. IPEA, Brasília, dezembro de 2013.

SANTOS, P.; BRITO, B.; MASCHIETTO, F.; OSÓRIO, G.; MONZONI, M., 2012. Marco regulatório sobre pagamento por serviços ambientais no Brasil. Belém, PA: AMAZON; FGV. CVces, 2012.

SPAROVEK, G.; BERNDDES, G.; BARRETTO, A. G. O. P.; KLUG, I. L. F., 2012. The revision of the Brazilian Forest Act: increased deforestation or a historic step towards balancing agricultural development and nature conservation? *Environmental Science & Policy* 16: 65–72.